

RESENHAS

INVENTANDO A SOBREVIVÊNCIA: A ATUALIDADE DOS ESTUDOS SOBRE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

Heloisa de Faria Cruz

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890/1915)*. São Paulo, Annablume, 1998, 195p.

*De ladrões mulatos e outros quase brancos
Tratados como pretos
Só para mostrar aos outros quase pretos
(Que são quase todos pretos)
Como é que pretos, pobres e mulatos
E quase brancos, quase pretos de tão
pobres são tratados...
Ninguém, ninguém é cidadão.*

Haiti - Gilberto Gil / Caetano Veloso.

A conjuntura delineada pela crescente precarização dos vínculos trabalhistas, que vem sendo experienciada de forma dramática e avassaladora pelos trabalhadores brasileiros na última década, parece dar nova atualidade, tirando do limbo a que foram relegados pelo triunfalismo do consenso de Washington, aos estudos sobre a pobreza urbana. No interior do processo que tem impulsionado a inserção do Brasil como país “emergente” no capitalismo globalizado, no qual os direitos sociais e trabalhistas são travestidos em “custo Brasil”, resta aos despossuídos a tarefa cotidiana da invenção da sobrevivência. Não sobraram nem mesmo as propostas/promessas de políticas sociais de superação da pobreza que embalaram os projetos desenvolvimentistas do país do futuro. Até o discurso do “crescer para depois dividir”, em suas diferentes cores e matizes, parece ter sido relegado a um passado fechado e distante.

No Brasil do real em crise, da opção pela recessão e pelo desemprego, a reflexão sobre as estratégias de sobrevivência dos trabalhadores urbanos e os estudos sobre a informalidade, a improvisação e a precariedade do viver e do trabalhar na cidade ganham

destaque. A rua como espaço de vida e trabalho, a mobilidade da moradia e do emprego, a perda do emprego e do ofício, a “viração” e os bicos cotidianos são apenas alguns dos temas que remetem às experiências de vida de parcelas significativas das populações das cidades brasileiras e têm sido retomados pela reflexão social contemporânea.

Nessa perspectiva, a história social das cidades e da vida urbana brasileira na virada do século XIX e primeiras décadas do século XX parece constituir um campo fértil de referências e indagações. Campo que tem sido explorado por vários trabalhos de mestrado e de doutorado desenvolvidos no interior das linhas de pesquisa Cultura e Cidade e Cultura e Trabalho do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP. O trabalho de Carlos José Ferreira dos Santos, *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890/1915)*, apresentado inicialmente como dissertação de mestrado orientada pela professora Maria Antonieta Antonacci é um excelente exemplo desses estudos.

Assim, é com grande satisfação que vejo sua publicação que, sem dúvida, vem enriquecer nossas perspectivas de investigação sobre a vida social na cidade de São Paulo na virada do século XIX e início do século XX. Apresentando pesquisa original, Carlos José Ferreira dos Santos, em seu estudo sobre as populações pobres nacionais na cidade de São Paulo, conduz indagações instigantes sobre inúmeras dimensões daquela experiência histórica. Lidando com materiais diversificados, de uma memória que ao olhar contemporâneo apresenta-se dispersa e fragmentada, buscando questionar uma visibilidade uniforme da vida social na cidade, que põe em destaque ambientes e personagens da *Belle Époque* paulistana, Carlos persegue vestígios de outros espaços, vivências e personagens.

Aliás, a pergunta inicial, que conduz a problemática de sua reflexão — Tudo era Italiano? — assume um caráter provocativo que questiona não só os projetos e percepções contemporâneos sobre a vida urbana na época, como o próprio trajeto de parte significativa da historiografia sobre os trabalhadores e as populações pobres naquele período.

Afinal, embora com outras preocupações e perspectivas, não foram só os viajantes/cronistas e homens de governo que nos falaram de uma São Paulo onde quase tudo era italiano. Na Historiografia Social do Trabalho, o privilégio à fábrica e aos movimentos organizados construiu e reforçou a imagem da classe operária paulistana como européia e italiana. A força incontestável da presença e dos modos de vida das populações imigrantes nos processos que constituíam a “Manchester brasileira” contribuíram a apagar da história e da memória outros grupos sociais representados por números

estatísticos menos avassaladores. Nesse sentido, num primeiro momento, sua pergunta inicial produz no leitor que pesquisou o período e a temática um certo desconforto. Mas o que ele está querendo? Negar a importância da presença dos imigrantes, principalmente dos italianos, na constituição do mercado de trabalho e na experiência de luta dos trabalhadores e dos setores empobrecidos da população naquele momento? Na verdade, enriquecendo nossas imagens daquela São Paulo imigrante, italiana e operária, o trabalho coloca em cena as cores e matizes de outras experiências étnicas e culturais. Em seu caminho de pesquisa e redação dos resultados, sem minimizar o peso e as marcas da presença italiana na definição dos processos e experiências sociais que constituíam a Paulicéia, Carlos surpreende-nos dialogando com o inusitado e menos visível. Questionando a contrapelo a *Belle Époque* paulistana, desvela a construção “em negativo” de outros sujeitos, os pobres, todos pretos ou quase pretos de tão pobres, os trabalhadores pobres nacionais.

Trazendo à tona um conjunto rico e diversificado de materiais – estatísticas demográficas, relatórios oficiais, relatos de viajantes, crônicas, memórias e fotografias – Carlos desenvolve uma criteriosa análise histórica e política das fontes. Assumindo na condução de seu trabalho perspectivas propostas pela historiografia social inglesa, dialogando com Raymond Williams, quando propõe que a crítica alternativa é eminentemente histórica, o autor interroga os materiais com os quais dialoga, historicizando as perspectivas de passado, presente e futuro que nela se instituem. Assim também, saliente-se a discussão com uma bibliografia pertinente e atualizada sobre a temática, incluindo textos clássicos e mais recentes da historiografia sobre a vida urbana e o trabalho.

O primeiro capítulo do livro – “Os elementos indiscutíveis de nosso progresso” – desenvolve-se com recuperação crítica do projeto modernizante e de branqueamento para a cidade que se quer metrópole. Ultrapassando a aridez das fontes estatísticas, tecendo um fino trabalho de análise dos censos e anuários, procura reconstruir “os dados” que dão visibilidade a transformações étnicas e demográficas da população paulistana no período. Contestando as visões mais apressadas, sugeridas por uma leitura linear dessas estatísticas demográficas relativas aos anos entre 1872 e 1920, Carlos nos confronta com indagações sobre os significados sociais e sobre a natureza múltipla das vivências que os dados de crescimento populacional da cidade escondem ao mesmo tempo que revelam. Destaque-se, nesse trabalho, a análise crítica dos discursos presentes nas fontes estatísticas — costurados pelo elogio ao elemento estrangeiro e anunciadores da civilização e do progresso — encaminhada por preocupações em problematizar os

projetos políticos e intelectuais que as organizam. No estudo das relações entre pobreza e formação do mercado de trabalho urbano, ganham relevância as articulações entre tais projetos, a construção de mecanismos de controle e disciplinarização do mercado de trabalho em constituição e os processos de exclusão e estigmatização das populações nacionais pobres e “de cor”.

No capítulo 2, “Em busca da presença dos nacionais pobres”, a narrativa avança no sentido de demarcar territórios e modos de viver e pensar das populações nacionais pobres, articulando suas vivências aos processos de luta que constituíam a cidade. Potencializando a tensão entre as narrativas das crônicas, fotos, relatórios e memórias, compõe o campo no qual se insinuam suas indagações sobre essa presença. Através de uma leitura minuciosa e persistente de fotos que, em sua maioria, procuram destacar o progresso e a modernidade da vida urbana, em segundo plano, nos cantos, fora do foco central, Carlos nos mostra homens negros descalços transportando sacos, conduzindo carroças, mulheres com tabuleiros, trouxas ou embrulhos, crianças descalças em trajes caseiros.

Buscando remapear socialmente o centro e outros espaços da cidade, indo além da representação elegante e européia do Triângulo, encontra becos, ruas, alagados, quiosques, mercados, igrejas, terreiros, batuques, congadas, caipós, na Várzea do Carmo, no Largo das Casinhas, no próprio Triângulo, no Anhangabaú, no Largo do Rosário, no Sul da Sé. No texto, a história dos espaços não assume aquela perspectiva tradicional e descritiva da história da formação dos bairros e das cidades. Os espaços são lugares, são territórios, constituem-se com marcas e códigos da experiência social e articulam-se no interior da história social do período.

No capítulo 3, “Serviços de negros: na cadência de modas indígenas e africanas”, transitando entre a crítica ao discurso da desqualificação dos “serviços de negros” e a descoberta da natureza subversiva e inventiva das formas de sobrevivência e práticas culturais dos nacionais pobres, Carlos nos remete a ofícios, biscates e ocupações casuais e temporárias pouco examinados pela historiografia do trabalho. Aí deparamo-nos com carroceiros autônomos, que eram responsáveis por parte significativa do movimento de circulação de mercadorias na cidade e que, em seus percursos, desenhavam extensas redes de comunicação no traçado urbano. Aí ganham visibilidade os ofícios pouco considerados dos coletores de lixo, lavadores de casa, cavoqueiros, limpadores de trilhos, empregados das cocheiras. As quitadeiras e quituteiras aparecem com seus tabuleiros, caldeirões e frigideiras, as lavadeiras com suas trouxas e embrulhos. Tomamos contato com os vendedores ambulantes que dinamizam o comércio a retalho. Aí, escondido em

poucas falas e imagens, está o grande contingente de empregados e empregadas domésticas: as amas de leite, as cozinheiras, as criadas, os copeiros.

Para além da crítica a uma visão elitista e triunfalista da história da vida urbana no período, a identificação da presença desses pobres nacionais – como pretos, pardos, mestiços, caipiras, caboclos, pretos velhos, lavadeiras briguentas em sua maioria e escravas ou mamelucas, amas-de-leite, carroceiros impertinentes –, o realce dado à força alternativa de suas práticas culturais, às ervas e benzimentos, aos modos de trabalho, às tradições culinárias, às danças e às festas, propõe-nos uma São Paulo onde nem tudo era italiano. Mais importante ainda, contribui para compreensão dos processos de exclusão, iluminando silêncios da historiografia sobre a temáticas da cidade e do trabalho e renovando nossas perspectivas de diálogo com aqueles que, em meio o crescente pobreza e exclusão, teimam em inventar quotidianamente a sobrevivência.

Oportunamente publicado, o trabalho de Carlos é bom exemplo de textos densos e criativos que podem e vêm sendo produzidos nas pesquisas de Mestrado em História. Pelos desafios metodológicos que enfrenta na análise de fontes diversificadas, pelas problemáticas e temáticas que discute e suscita, o livro, sem dúvida, enriquecerá nossas discussões sobre os mais variados temas relacionados ao trabalho e ao viver urbano.